



SIMULADO ESPECIAL

CNU

BLOCO TEMÁTICO 2

Cultura e Educação - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial CNU (Bloco Temático 2)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 2 - Cultura e Educação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/iMK1m9WDbXaLzVzEA>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/BCsn>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***João Trindade*

1. Acerca da governabilidade e da relação entre os Poderes, julgue os itens a seguir:

I – O Presidente da República pode exercer o poder de veto, inerente ao sistema de freios e contrapesos, em relação aos projetos de lei e às propostas de emenda constitucional.

II – No presidencialismo de coalizão, uma das formas tradicionais de o Chefe do Executivo buscar apoio político no Congresso Nacional é a partilha de ministérios com a base aliada.

III – Após a promulgação da Constituição de 1988, verificou-se um progressivo enfraquecimento do papel do Legislativo no equilíbrio de forças, especialmente por conta da redução da atuação desse poder no direcionamento de recursos orçamentários.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

2. Numa gincana jurídica, os grupos Beta, Ômega e Épsilon deveriam formular afirmações sobre as origens históricas do Estado de Direito e sua evolução. O grupo Beta afirmou que “o surgimento do conceito de Estado de Direito está ligado à derrocada do Absolutismo”. Por outro lado, o grupo Ômega afirmou que “O Brasil vivencia um pleno Estado de Direito desde a promulgação da Constituição de 1824”. Por sua vez, o grupo Épsilon defendeu a afirmação segundo a qual “Estado de Direito é um conceito dinâmico, enfrentando várias releituras ao longo do tempo”.

Pode-se afirmar que:

- a) apenas o grupo Ômega está errado.
- b) apenas o grupo Beta está errado.
- c) todos os grupos estão errados.
- d) apenas o grupo Épsilon está errado.
- e) apenas os grupos Beta e Épsilon estão errados.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra Lopes*

3. “A capacidade estatal de implementar políticas públicas não se limita à eficiência técnica da burocracia, mas depende da forma como os arranjos institucionais articulam atores estatais e sociais, promovendo legitimidade, deliberação e adaptação ao ambiente democrático.”

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Orgs.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

Com base nessa perspectiva, um exemplo de arranjo institucional com alta capacidade política é aquele que:

- a) Opera por meio de expertise técnica isolada, sem conexão com demandas externas.
- b) Contém mecanismos de escuta, deliberação e participação, mesmo com limitações de infraestrutura ou pessoal.
- c) Está restrito ao ciclo orçamentário federal e à lógica de execução verticalizada.
- d) Funciona com foco exclusivo em metas de desempenho e produtividade interna.
- e) Evita interferência de atores sociais e se baseia na autonomia decisória dos órgãos de controle.

4. Os conselhos gestores de políticas públicas emergem como uma forma institucionalizada de participação social na gestão estatal, representando uma inovação democrática ao permitir que segmentos da sociedade civil organizada exerçam controle e influência sobre a formulação e a implementação de políticas. Seu valor político não está na neutralidade, mas no caráter contraditório e plural das disputas presentes nesses espaços, onde diferentes visões de mundo, interesses e projetos de sociedade se confrontam.

Com base nessa perspectiva, pode-se afirmar que os conselhos:

- a) substituem os canais tradicionais de representação política, como os partidos e o parlamento, sendo expressão superior da vontade popular.
- b) são espaços de deliberação coletiva que, embora regulados pelo Estado, viabilizam o exercício do controle social e a ampliação da cidadania.
- c) atuam como mecanismos auxiliares do Executivo, com função consultiva limitada à aprovação de metas previamente definidas pelo governo.
- d) representam uma forma de participação direta, mas apenas entre atores governamentais e técnicos das respectivas áreas políticas.
- e) promovem a despolitização dos conflitos ao mediar a sociedade civil por meio de pactos previamente acordados com os agentes estatais.

5. Analise os itens a seguir sobre os diferentes modelos de Estado na tradição ocidental:

- I. O Estado absolutista, típico da transição do feudalismo para o capitalismo, concentra os poderes nas mãos do soberano, e sua legitimidade decorre do direito divino ou do pacto entre nobres e rei, não havendo separação clara entre os poderes.
- II. O Estado liberal de direito afirma-se como contraponto ao absolutismo, fundado no princípio da limitação do poder estatal, com ênfase na separação dos poderes, nas liberdades individuais e na propriedade privada como núcleo da cidadania.
- III. O Estado social, surgido no século XX, amplia a função estatal ao incorporar direitos sociais, econômicos e culturais, assumindo o dever de intervir na economia e de promover políticas de bem-estar coletivo.
- IV. O Estado democrático de direito mantém os pilares do Estado liberal e do Estado social, mas amplia a cidadania ao valorizar a participação popular, o pluralismo político, a igualdade material e o controle social das instituições públicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

6. Levando-se em consideração o ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação constitui um processo de julgamento acerca da validade das propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. A partir dos anos 70, quando várias políticas vinculadas ao Estado do Bem-estar Social foram colocadas em xeque, passou-se a promover o estudo sobre o término ou a extinção de políticas públicas, cuja tarefa é dificultosa, entre outras razões, pela relutância dos beneficiados, além da inércia institucional. Nesse sentido, pode ser considerado um motivo dificultador para a extinção de uma política redistributiva:

- a) pequenos grupos que têm capacidade de organização de interesses substancialmente superior à dos grandes grupos.
- b) grupos beneficiários que conseguem fazer com que a política continue existindo, mesmo quando ela se mostra contrária ao interesse coletivo.
- c) a falta de atores políticos interessados em fazer uma “faxina” na política que não tem mais razão de existir.
- d) uma organização não governamental que luta para continuar produzindo fortes argumentos de urgência e necessidade para que seu trabalho continue percebido como relevante na sociedade.
- e) um alto grau de conflito gerado entre grupos beneficiários e pagadores.

7. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições em um processo de política pública. James Wilson, por exemplo, desenvolveu uma tipologia na qual adota o critério da distribuição dos custos e benefícios, corroborando e complementando a tipologia de Lowi. O tipo de política pública na qual importam em benefícios coletivos, e os custos que ficam concentrados sobre certas categorias são classificadas em:

- a) Política majoritária.
- b) Política clientelista.
- c) Política empreendedora.
- d) Política de grupo de interesses.
- e) Política redistributiva.

8. A natureza política das políticas públicas, que interliga a *polity*, a *policy* e a *politics*, se traduz em artefatos gerenciais como planos, os quais se concretizam em ações de conteúdo tático-gerencial, a exemplo de

- a) programas.
- b) projetos.
- c) processos.
- d) atividades.
- e) tarefas.

9. Acerca da definição de políticas públicas, analise as alternativas a seguir:

- I. A abordagem estatista considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais.
- II. A centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência, por exemplo, do controle de grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas públicas robustas e temporais.
- III. Dentre as políticas governamentais estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes e, em alguns casos, elas se diferem das políticas públicas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretos.
- e) I, II e III estão errados.

10. O processo de elaboração de políticas públicas também conhecido como ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Entretanto, alguns estudiosos argumentam que o ciclo raramente reflete a real dinâmica da vida de uma política pública. Acerca do ciclo de políticas públicas, é correto afirmar:

- a) Um problema público é um conceito subjetivo, não existe senão na cabeça das pessoas, e sua definição é oficial e temporária.
- b) O modelo incremental contesta o ciclo de políticas públicas na medida que descreve que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas.
- c) A delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos, suas causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações, com vistas a resolver completamente o problema.
- d) A agenda da mídia dificilmente consegue condicionar as agendas institucionais.
- e) A teoria do equilíbrio pontuado explica, na fase de identificação do problema, porque alguns problemas entram na agenda política e outros não.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Tiago Zanolla

11. Em uma roda de conversa promovida por uma corregedoria, servidores discutem o papel da diversidade nas relações institucionais. Parte do grupo entende que basta reconhecer diferenças de cor, idade e gênero. Outros, contudo, defendem que é necessário incluir também dimensões subjetivas, como valores e modos de agir, para prevenir práticas discriminatórias.

Com base nos princípios éticos no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) O respeito ao outro depende do quanto ele corresponde às expectativas sociais e culturais do servidor público.

- b) A solidariedade gera apenas benefícios individuais, como a paz interior e o fortalecimento emocional do agente público.
- c) A cooperação é incompatível com as diferenças culturais, pois exige unidade de pensamento para sua efetivação.
- d) A diversidade em nível profundo está relacionada à superação de comportamentos discriminatórios e à valorização de valores distintos.
- e) A inclusão social, no âmbito da diversidade, é menos relevante do que a igualdade formal no tratamento das pessoas.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Stefan Fantini

12. A governança surgiu com objetivo de evitar a chamada

- a) Legitimidade
- b) Teoria da Agência
- c) Teoria de Maslow
- d) Teoria dos Três Poderes
- e) Accountability

13. São princípios da governança pública, EXCETO:

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Confiabilidade.
- d) Melhoria regulatória.
- e) Sigilo.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

14. Cláudio, estudando a matéria de "Transparência" para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), segundo a Lei 12.527/2011, afirmou INCORRETAMENTE que

- a) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que forem destinatários de recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão deverão divulgar informações relativas aos seus empregados, incluindo o quantitativo total de empregados da entidade e o quantitativo de funções gratificadas.
- b) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem contribuições deverão divulgar lista, discriminada por faixas salariais, das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus funcionários, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, as gratificações, os jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias.
- c) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão têm o dever de divulgar o plano de cargos e salários de seus funcionários, inclusive com a divulgação dos critérios para a evolução na carreira e para a fixação da política salarial.
- d) Os conselhos de fiscalização profissional, como o CREA, devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus empregados, exceto se eventuais.
- e) Entidades privadas sem fins lucrativos, como as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), que recebam recursos públicos, deverão dar publicidade aos valores recebidos e respectiva destinação.

15. Joana, jornalista investigativa, solicitou à Prefeitura do Município Alfa informações sobre os gastos com publicidade nos últimos dois anos. Após 18 dias, recebeu uma resposta negativa, sob o argumento de que os dados eram estratégicos para a administração e, por isso, sigilosos. Inconformada, Joana pretende recorrer. De acordo com a Lei 12.527/2011, a conduta da Prefeitura está:

- a) Correta, pois a administração pública pode, discricionariamente, classificar informações como sigilosas para proteger suas estratégias de gestão.
- b) Incorreta, pois a negativa de acesso à informação, quando não fundamentada na legislação, sujeita o responsável a medidas disciplinares.
- c) Correta, pois informações financeiras e contábeis de entes públicos são inerentemente sigilosas, não se submetendo à regra geral de publicidade.
- d) Incorreta, pois o prazo para resposta da administração já havia se esgotado, devendo a informação ser liberada automaticamente.
- e) Correta, pois o pedido deveria ter sido direcionado ao Tribunal de Contas, órgão competente para fiscalizar os gastos municipais, e não à Prefeitura.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. Com base em entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do regime jurídico dos servidores públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19/1998, assinale a afirmativa correta:

- a) a decisão do STF declarou a inconstitucionalidade da EC 19/1998, restabelecendo o regime jurídico único para todos os entes federativos, com eficácia retroativa.
- b) a coexistência de regimes jurídicos para servidores públicos permanece vedada, exceto nas autarquias e fundações públicas, que admitem o regime celetista.
- c) a decisão do STF reconheceu a constitucionalidade da EC 19/1998, admitindo múltiplos regimes jurídicos para servidores públicos, desde que mantida a obrigatoriedade de estabilidade para todos os servidores ou empregados públicos admitidos nas entidades de direito público.
- d) a revogação da obrigatoriedade do regime jurídico único foi declarada constitucional pelo STF, permitindo aos entes federativos a adoção de regimes celetistas ou estatutários na administração direta, autárquica ou fundacional.
- e) a adoção do regime celetista pelos entes públicos tornou-se obrigatória após a decisão do STF, excetuadas as carreiras típicas de Estado, que continuam vinculadas ao regime estatutário.

17. Júlia foi contratada como engenheira civil pela Empresa Pública Gama, após ser aprovada em concurso público. Após dez anos de serviços prestados, Júlia foi informada de sua demissão, por meio de um comunicado oficial da empresa. No documento, a empresa pública alegou que a demissão se deu por "reestruturação organizacional e contenção de despesas". Júlia, inconformada com a decisão, argumentou que não houve processo administrativo disciplinar e que a motivação apresentada pela estatal era

insuficiente, pois não especificava qualquer irregularidade em sua conduta ou desempenho que justificasse a demissão. Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analise as seguintes alternativas sobre a demissão de Júlia e assinale a correta:

- a) a demissão de Júlia é inválida, pois a empresa pública não realizou um processo administrativo disciplinar antes de demiti-la.
- b) a demissão de Júlia é inválida, uma vez que a empresa pública não apresentou uma motivação fundamentada em justa causa prevista na legislação trabalhista.
- c) a demissão de Júlia é válida, desde que a motivação apresentada pela empresa pública seja formalmente registrada e contenha fundamento razoável, não havendo necessidade de processo administrativo ou de comprovação de justa causa.
- d) a demissão de Júlia é válida, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados.
- e) a demissão de Júlia é inválida, pois, embora a empresa pública tenha apresentado motivação, esta não especificou justificativa pessoal sobre o desempenho ou conduta de Júlia.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Stefan Fantini*

18. De acordo com o decreto-lei 200/67, as atividades de administração pública federal deveriam seguir cinco princípios. Indique a alternativa que não traz um desses princípios.

- a) Planejamento
- b) Coordenação
- c) Centralização
- d) Delegação de Competência
- e) Controle

19. É possível interpretar a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 segundo cinco diretrizes principais. Indique a alternativa que não traz uma dessas diretrizes.

- a) Institucionalização.
- b) Racionalização.
- c) Rigidez.
- d) Publicização.
- e) Desestatização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Leandro Ravyelle

20. O Governo Federal, no primeiro ano de uma nova gestão presidencial, decidiu propor alterações estruturais em programas de investimentos vinculados à infraestrutura logística do país, prevendo a execução de um projeto estratégico com impacto regional de longo prazo. Durante análise técnica, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados alertou que a proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo previa a execução do referido projeto já no exercício seguinte, embora este não estivesse previsto no Plano Plurianual vigente.

Considerando o arcabouço constitucional e legal que rege o processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A inclusão de novo projeto estratégico de longo prazo no orçamento anual independe de sua previsão no PPA, desde que a LDO preveja metas e prioridades compatíveis.
- b) A proposta de Plano Plurianual a ser enviada pelo Presidente no seu primeiro ano de mandato deve observar os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, uma vez que, o Poder Executivo deve, individual ou conjuntamente, realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados.

c) A Constituição Federal permite que programas não incluídos no PPA sejam executados diretamente por meio da LOA, desde que o Congresso Nacional os aprove via orçamento público.

d) A LDO, por ser instrumento de mediação entre planejamento e orçamento, tem o poder de autorizar a execução de programas mesmo que não previstos no PPA, por meio das prioridades elencadas para o ano seguinte.

e) O projeto em questão poderá ser incluído na LOA, desde que previsto na LDO, dispensando previsão no PPA, pois a vinculação entre os três instrumentos é meramente operacional, já que o investimento proposto não ultrapassa um exercício.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

21. Considere o texto sobre a igualdade e a proteção dos direitos humanos.

“Se o combate à discriminação é medida emergencial à implementação do direito à igualdade, todavia, por si só, é medida insuficiente. Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.”
(PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos - 13ª Edição 2025*. 13. ed. Rio de Janeiro).

É exemplo de estratégia promocional capaz de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais:

- a) Ações afirmativas.
- b) Igualdade formal.
- c) Restrição à política de cotas.
- d) Discriminação negativa.
- e) Formação de estereótipos.

22. Considere o texto sobre a violência doméstica no Brasil.

“Levantamento da Rede de Observatórios da Segurança apontou o avanço da violência contra a mulher. Segundo a pesquisa “Elas Vivem: um caminho de luta”, a cada 24 horas, em média, 13 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência no ano passado. O levantamento se refere a nove estados monitorados pela entidade.

O número de casos cresceu mais de 12% em relação a 2023. Foram mais de 4 mil ocorrências, sendo 531 feminicídios, apenas nesses estados.

O Amazonas, que aparece pela primeira vez no monitoramento, registrou 604 casos, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Foram 33 feminicídios, 15 deles por parceiros ou ex-parceiros. No caso da violência sexual, 80% das vítimas tinham de 0 a 17 anos.”

Visando coibir a violência doméstica no Brasil, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha. A referida legislação estabelece que qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria configurará violência:

- a) Psicológica.
- b) Sexual.
- c) Moral.
- d) Física.
- e) Jurídica.

23. A Universidade X, após caso de racismo em suas dependências, promoveu uma série de debates e palestras sobre o tema. Em uma das palestras o tema levantado foi a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais. Segundo o Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR), disciplinado pela Lei 12.228/2010, essa assimetria pode ser conceituada como:

- a) Discriminação racial.
- b) Desigualdade racial.
- c) Desigualdade de gênero.
- d) Desigualdade de gênero e raça.
- e) Estereotipagem de gênero.

24. Maria é pessoa idosa atualmente com 82 anos. Após uma mudança abrupta do tempo, ela foi internada com o diagnóstico de pneumonia. Alegando falta de estrutura, o hospital negou o pedido de Maria para que tivesse um acompanhante ao seu lado durante a internação. Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/03) à pessoa idosa internada ou em observação

- a) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.
- b) é possível ao hospital negar o direito a acompanhante por falta de estrutura.
- c) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo a vontade da idosa.
- d) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- e) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.

25. O Decreto 8.727/2016 Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Considerando as disposições do referido decreto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.
- b) Considera-se nome social a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.
- c) Considera-se identidade de gênero a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.
- d) É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.
- e) O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, quando entender oportuno.

TRABALHO E TECNOLOGIA

Emannuelle Gouveia

26. Com o avanço das tecnologias digitais, especialmente a partir da chamada Quarta Revolução Industrial, novas formas de organização do trabalho vêm sendo adotadas. Entre os impactos mais relevantes dessas transformações está:

- a) O aumento do emprego formal com estabilidade, impulsionado pela automação de tarefas repetitivas.
- b) A substituição integral de atividades humanas por sistemas inteligentes em todos os setores produtivos.
- c) A ampliação do trabalho remoto e por demanda (gig economy), com flexibilização de vínculos empregatícios.
- d) A eliminação da desigualdade de acesso ao mercado de trabalho em razão da conectividade global.
- e) O fortalecimento de estruturas sindicais tradicionais, como resposta direta à digitalização.

27. O uso de tecnologias como algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais nas relações de trabalho tem gerado debates sobre os limites éticos e legais dessas transformações. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta:

- a) O monitoramento algorítmico substitui completamente a gestão humana, eliminando qualquer viés.
- b) A descentralização do local de trabalho anulou a responsabilidade legal das empresas sobre as condições laborais.
- c) O uso de aplicativos de trabalho garante automaticamente proteção previdenciária e trabalhista ao usuário.
- d) A adoção de tecnologias eliminou a necessidade de regulamentação das novas formas de trabalho.
- e) As plataformas digitais passaram a definir critérios de remuneração e avaliação com base em sistemas automatizados.

28. O uso da inteligência artificial e da automação no setor público tem ganhado destaque como estratégia para aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços ao cidadão. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de processos administrativos no setor público é vedada pela legislação brasileira, pois compromete o controle humano sobre decisões institucionais.
- b) O uso de IA em serviços públicos tende a reduzir a produtividade, pois depende exclusivamente de intervenção humana em tempo integral.
- c) A aplicação de IA no setor público visa substituir servidores em todas as funções operacionais e decisórias.
- d) O uso da automação e da inteligência artificial pode contribuir para a redução de filas, melhoria na análise de dados e tomada de decisão baseada em evidências.
- e) O emprego de IA no serviço público não exige regulamentação específica, pois está sujeito apenas à legislação trabalhista tradicional.

29. A adoção de tecnologias digitais no setor público pode trazer uma série de benefícios, mas também envolve riscos e limitações importantes. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de serviços públicos elimina completamente a possibilidade de erros sistêmicos, reduzindo a necessidade de auditorias.
- b) A dependência de fornecedores privados para soluções tecnológicas no setor público pode gerar riscos de dependência tecnológica e comprometimento da soberania digital.
- c) O uso de inteligência artificial em processos administrativos garante decisões neutras e imparciais, eliminando qualquer risco de viés.
- d) Sistemas informatizados tornam desnecessários os controles internos e externos, pois são autossuficientes na detecção de falhas.
- e) A adoção de novas tecnologias no setor público dispensa a necessidade de capacitação contínua dos servidores.

30. A implementação de inteligência artificial e automação no setor público deve ser acompanhada de critérios rigorosos de governança. Sobre os riscos associados a esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) Sistemas de IA públicos não precisam de explicabilidade, desde que sejam eficientes, pois a transparência pode comprometer o desempenho.
- b) O risco de discriminação algorítmica é inexistente quando a base de dados utilizada é exclusivamente composta por dados públicos.
- c) A ausência de fiscalização e diretrizes éticas pode levar à opacidade decisória, violando princípios como legalidade e impessoalidade.
- d) A centralização total dos dados em plataformas únicas elimina qualquer vulnerabilidade relacionada à segurança da informação.
- e) O uso de IA no setor público não interfere na proteção de dados pessoais, pois os sistemas são sempre anonimizados.

EIXO TEMÁTICO 1**DIREITO DIGITAL***Antônio Daud*

31. A empresa "Conecta Rápido", provedora de conexão à internet, decidiu lançar um novo plano comercial no qual o acesso a determinados aplicativos de redes sociais e de música não seria descontado da franquia de dados do consumidor e teria velocidade prioritária. A associação de defesa de consumidores "Net Justa" ajuizou uma ação contra a prática, alegando violação a um princípio fundamental do Marco Civil da Internet. A prática da empresa "Conecta Rápido" viola o princípio da:

- a) Liberdade de expressão.
- b) Proteção da privacidade.
- c) Neutralidade de rede.
- d) Proteção dos dados pessoais.
- e) Responsabilização dos agentes.

32. João e José, estudantes do 4º ano do curso de Direito e entusiastas do tema "Transparência pública", discutiam quanto às restrições de acesso às informações, tendo afirmado corretamente que:

- a) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação são computados a partir da data da respectiva produção e são de 15, 10 e 5 anos para informações classificadas como ultrassecretas, secretas e reservadas, respectivamente.
- b) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível.
- c) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

d) A autoridade máxima de cada órgão publicará, mensalmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura.

e) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, semestralmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

33. Determinada autoridade policial, investigando uma quadrilha que utiliza a internet para cometer crimes, precisa obter os registros de conexão de um suspeito. Para tanto, dirige-se ao provedor de conexão e solicita formalmente os dados, informando o nome completo do suspeito e o período específico das conexões desejadas. O consultor jurídico do provedor informa que os dados só podem ser liberados mediante autorização judicial. A posição do consultor jurídico está:

- a) Incorreta, pois a autoridade policial tem poder requisitório para acessar diretamente os registros de conexão, independentemente de autorização judicial.
- b) Correta, pois a guarda e a disponibilização dos registros de conexão dependem de prévia ordem judicial.
- c) Incorreta, pois apenas o Ministério Público poderia requisitar tais dados sem ordem judicial, no exercício de sua competência constitucional.
- d) Correta, mas apenas se a investigação estiver sob segredo de justiça; caso contrário, a requisição administrativa seria suficiente.
- e) Incorreta, pois a lei obriga o provedor a fornecer os dados mediante qualquer requisição formal de autoridade pública.

34. Ao estudar o Marco Civil da Internet, Laurinda percebeu que a disciplina do uso da internet no Brasil NÃO tem por objetivo a promoção:

- a) da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso.
- b) da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.
- c) do direito de acesso à internet a todos.
- d) do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos.
- e) preservação da natureza participativa da rede.

35. Carlos, entusiasta da fotografia, utilizou por anos a rede social "ClickPost" para armazenar e compartilhar suas fotos e vídeos. Recentemente, uma nova plataforma, "FocoNovo", surgiu com recursos mais atrativos. Carlos deseja migrar todo o seu acervo digital para a nova plataforma e, para tanto, solicita à "ClickPost" que lhe forneça todos os seus dados pessoais, incluindo as fotos e vídeos postados, em um formato que permita a transferência. A "ClickPost" alega que as fotos, uma vez na plataforma, integram o seu banco de dados e não podem ser exportadas. Com base na LGPD, a solicitação de Carlos:

- a) Não tem amparo legal, pois o direito à portabilidade se limita a dados cadastrais, como nome e e-mail, não abrangendo o conteúdo gerado pelo usuário.
- b) É improcedente, pois a plataforma pode invocar a proteção de seus segredos comercial e industrial para negar a transferência dos dados.
- c) Encontra amparo no direito à portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço, mediante requisição expressa do titular.
- d) Só poderia ser atendida mediante o pagamento de uma taxa de serviço à "ClickPost", destinada a cobrir os custos operacionais da extração dos dados.

e) É procedente, mas a "ClickPost" tem o prazo de 180 dias para atender à solicitação, conforme regulamentação da autoridade nacional.

36. Determinado órgão público lançou projeto de implementação de novo portal na internet, com intuito de ampliar a oferta de serviços digitais aos cidadãos. De acordo com a Lei do Governo Digital (Lei federal 14.129/2021), NÃO é garantido aos usuários da prestação digital de serviços públicos:

- a) atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário.
- b) gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital.
- c) padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital.
- d) recebimento de protocolo exclusivamente em meio digital.
- e) indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

**GESTÃO DO CONHECIMENTO E
COMUNICAÇÃO***Júlia Branco***37.** Considere a seguinte situação fictícia:

Em 2025, o Ministério da Saúde passou a utilizar um sistema de IA generativa para redigir automaticamente notas técnicas e comunicados de imprensa. Em uma situação crítica, uma nota gerada pela IA continha erros factuais sobre os efeitos colaterais de uma vacina, sendo publicada sem revisão humana. Tal cenário exemplifica:

- a) o princípio da transparência algorítmica, pois a IA atuou com base em dados públicos.
- b) uma falha de accountability, pela ausência de responsabilização humana sobre o conteúdo automatizado.
- c) o uso legítimo da IA, desde que contenha aviso de autoria artificial.
- d) um caso de liberdade de expressão resguardada pela Constituição.
- e) o uso do princípio da eficiência administrativa na geração de documentos técnicos.

38. Considere a situação fictícia:

A Secretaria de Comunicação da Presidência da República desenvolveu uma campanha automatizada de respostas em redes sociais usando IA generativa. O algoritmo excluiu sistematicamente mensagens críticas ao governo, publicando apenas elogios. Assim, esse cenário configura violação ao princípio da comunicação pública:

- a) da vigilância algorítmica.
- b) da equidade na distribuição de dados.
- c) da transparência participativa.
- d) do pluralismo e liberdade de expressão.
- e) da neutralidade tecnológica.

39. De acordo com os princípios que orientam a comunicação pública no Brasil, qual das ações abaixo seria considerada inadequada?

- a) Divulgação, em site oficial, de dados abertos sobre contratos públicos de publicidade.
- b) Publicação, em canal oficial, de campanha sobre vacinação com linguagem clara e acessível.
- c) Transmissão em rede nacional de pronunciamento de chefe de Estado sobre ações emergenciais de saúde pública.
- d) Promoção, em redes sociais institucionais, de postagens com menção elogiosa à popularidade do presidente da República.
- e) Distribuição gratuita de material informativo sobre os direitos de acesso à informação.

40. À luz do princípio constitucional da impessoalidade, previsto no caput do artigo 37 da Constituição Federal, e dos parâmetros que regem a atuação comunicacional do Estado, é vedado à comunicação pública:

- a) fazer uso de símbolos nacionais, tais como a bandeira e o brasão da República, em campanhas institucionais de utilidade pública.
- b) divulgar conteúdos que identifiquem servidores ocupantes de cargos comissionados em peças de comunicação oficial.
- c) produzir conteúdo informativo em que haja personalização da ação estatal por meio da associação explícita a agentes públicos ou slogans de campanha.
- d) mencionar a titularidade de órgãos de governo nas peças de divulgação de políticas públicas, por configurar promoção institucional.
- e) estabelecer canais oficiais de comunicação em redes sociais, ainda que sob controle de órgãos públicos, por ferir o princípio da publicidade.

41. De acordo com o Decreto nº 6.555/2008, as ações de comunicação do Poder Executivo Federal devem observar determinadas diretrizes. Uma delas consiste em:

- a) priorizar ações de comunicação voltadas à promoção institucional dos dirigentes de órgãos do Executivo.
- b) permitir o uso de imagens simbólicas ligadas à autoridade governamental sempre que houver finalidade educativa.
- c) adotar linguagem técnica padronizada, evitando adaptações às especificidades dos diferentes segmentos sociais.
- d) vedar expressamente o uso de símbolos, imagens ou nomes que impliquem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- e) garantir que as campanhas publicitárias sigam exclusivamente critérios de impacto e alcance, independentemente da racionalidade do gasto.

42. No que diz respeito à coordenação das ações de publicidade e patrocínio do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 6.555/2008 estabelece como atribuição da Secretaria de Comunicação Social:

- a) delegar aos órgãos setoriais a definição de critérios para aprovação de campanhas, mesmo em ações integradas de governo.
- b) supervisionar o conteúdo de todas as campanhas publicitárias, inclusive as de caráter mercadológico e eleitoral.
- c) controlar a observância dos objetivos e diretrizes legais quanto ao conteúdo e aos aspectos técnicos de mídia nas ações submetidas à sua aprovação.
- d) aprovar diretamente as campanhas de comunicação institucional, sem necessidade de interlocução com os integrantes do SICOM.
- e) limitar-se à função normativa e consultiva, não exercendo funções operacionais nas ações publicitárias.

EIXO TEMÁTICO 2

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL - ITEM 1

Carla Abreu

43. A Constituição Federal de 1988 estabelece a gestão democrática do ensino público como um dos princípios estipulados no Art. 206. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 – corrobora esse princípio na forma da Lei e da legislação dos respectivos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Todas as opções a seguir tratam da gestão democrática do ensino público na educação básica corretamente, à exceção de uma, assinale-a:

- a) A participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola é um dos princípios da gestão democrática.
- b) O Conselho Escolar é órgão deliberativo.
- c) O Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado de caráter consultivo.
- d) O Conselho Escolar será composto do Diretor da Escola, membro nato, e representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares.
- e) Qualidade social da educação é um princípio que norteia a atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.

44. Acerca das políticas públicas adotadas para a educação no Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O ensino será ministrado tendo como princípio a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- b) É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- c) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino médio.
- d) O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- e) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

45. O Artigo 9º da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, elenca as responsabilidades que cabem à União. Sobre essa temática, avalie os itens a seguir:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios.
- II - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino é uma atribuição da União que pode ser delegada aos Estados e ao Distrito Federal.
- III - a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

Está correto o que se afirma:

- a) somente em I.
- b) somente em II.
- c) somente em III.

d) somente em I e II.

e) em todos os itens.

46. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem sido atualizada para responder a demandas recentes da sociedade brasileira. As afirmativas a seguir exemplificam corretamente alterações realizadas na LDB desde 2023, **à exceção de uma. Assinale-a.**

- a) Garantia de educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.
- b) Instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão transparente e democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.
- c) Os sistemas de ensino estabelecerão, para a educação básica e superior, regime escolar especial para o atendimento a mães estudantes lactantes.
- d) A concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas e concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público não constitui despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.
- e) As receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do poder público, em relatórios previstos na Constituição Federal e em sítios eletrônicos do Ministério da Educação e dos órgãos gestores da educação pública de cada ente federado subnacional.

47. O Plano Nacional de Educação previsto na Constituição Federal de 1988 possui diretrizes, objetivos, metas e estratégias. A Lei nº 13.005/2014 aprovou o PNE vigente São metas previstas na norma vigente, exceto:

- a) ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.
- b) assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- c) fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.
- d) alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º ano do ensino fundamental.
- e) universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL - ITEM 2

Mardem Ribeiro

48. Em 19 de maio de 2025, entrou em vigor o Decreto Federal nº 12.456, indique a afirmação verdadeira sobre essa normativa.

- a) Ela revoga o Decreto nº 9.057, de 15 de dezembro de 2017, e passa a regulamentar o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu lugar.
- b) Conforme seu artigo 3º, a Educação a Distância é considerada como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.
- c) Os cursos de graduação passarão a ser organizados em três novos formatos: curso presencial, curso híbrido e curso a distância.
- d) As Instituições de Educação Superior deverão aplicar avaliações de aprendizagem presenciais em suas sedes, nos campi fora das sedes e nos polos de EaD, em todas as suas unidades curriculares ofertadas de forma parcial ou integral na modalidade de educação a distância. Essas avaliações, entre outros aspectos, deverão ter peso majoritário na composição da nota final de cada unidade curricular.
- e) As Instituições de Educação Superior credenciadas e os cursos autorizados deverão atender, de forma integral, às disposições deste Decreto e ao ato do Ministro de Estado que o discipline, no prazo de um ano, contado da data de sua publicação.

49. Assinale a opção que indica uma informação verdadeira sobre o modelo de ensino híbrido.

- a) As práticas no modelo de ensino híbrido alternam momentos presenciais com momentos de ensino remoto e dependem do uso das tecnologias da informação e comunicação para sua eficácia.
- b) Conjugue atividades da educação a distância com atividades presenciais, promovendo um planejamento específico para cada uma das etapas.
- c) É considerada uma metodologia ativa que pode utilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação para aumentar a eficácia de suas ações, alternando de forma complementar as atividades presenciais e remotas.
- d) As atividades a distância devem ser preteridas em relação às atividades presenciais sempre que a instituição de educação superior estiver utilizando um modelo de ensino híbrido.
- e) Metodologia que prevê 50% da carga horária da disciplina realizada em atividades presenciais e os outros 50% em atividades a distância.

50. O que é o AVAMEC? O AVAMEC é o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação e foi desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia da Informação e Mídias Educacionais (LabTIME) da Universidade Federal de Goiás (UFG).]

Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVAMEC. O sistema permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações formativas, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio educacional à distância para o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, sua principal finalidade é permitir que sejam disponibilizados cursos a distância, mas também pode ser utilizado para complementação de cursos presenciais. No sistema, os cursos podem ser ofertados com ou sem mediação, além de possibilitar a avaliação manual ou automática.

Curso e suas ferramentas. Além de conteúdos, os cursos disponibilizam ferramentas de tarefa, de fórum e de acervo que podem complementar o conteúdo dos cursos ou serem utilizadas na avaliação ou interação dos participantes. Outras ferramentas que podem ser interessantes para serem utilizadas nos cursos são: bate-papo, mensagem, mural e pesquisa. Dessa forma, o AVAMEC é um sistema desenvolvido para web e foi projetado para ser responsivo, funcionando normalmente em navegadores de computadores, tablets e celulares.

Fonte:

<https://avamec.mec.gov.br/#/sistema/ajuda/visualizar/topico?idTopico=1&idArtigo=1>

Conforme as informações do texto e seus conhecimentos sobre ambientes virtuais de aprendizagem, identifique a alternativa correta em relação às ferramentas e funcionalidades apresentadas a seguir:

- a) Fórum: oferece comunicação em tempo real, sendo útil para discussões instantâneas e sessões de perguntas e respostas. Ele acaba sendo usado nas atividades síncronas, quando os estudantes podem se encontrar, virtualmente, com os professores ou tutores.
- b) Chat: é utilizado para comunicações assíncronas, havendo diversas configurações possíveis, como fóruns de resposta única, onde o estudante pode opinar apenas uma vez, fóruns de respostas múltiplas, que permitem várias ou ilimitadas respostas a um tópico aberto, e fóruns onde os próprios cursistas iniciam a discussão do tópico. Em comum entre todos esses fóruns, há a opção de curtir ou responder o comentário postado, o que torna essa ferramenta uma ótima opção para estimular um ambiente participativo.
- c) Wiki: Essa ferramenta permite que você colete a opinião do grupo sobre um determinado assunto, sendo muito utilizada para avaliações diagnósticas ou finais do grupo. Ela pode permitir a visualização das respostas já tabuladas em porcentagens ou gráficos.

- d) Escolha: Com esta ferramenta, o professor cria questões para que os cursistas possam responder. Essas questões podem ter diversos formatos, como múltipla escolha, discursivas de respostas longas ou curtas, com limite de palavras, ou preenchimento de lacunas. Há a possibilidade de configurar o feedback imediato, para que, assim que o aluno complete a atividade, já identifique se cometeu algum erro ou acertou. Questionários também são muito utilizados para atividades de autoavaliação.
- e) Glossário: é uma ferramenta que permite trabalho colaborativo, como o próprio nome indica, ela permite a criação de um glossário no qual os usuários conseguem inserir textos e outras mídias, produzindo uma lista compartilhada e visível a todos, de termos e definições.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL - ITEM 3

Leandro Thomazini

51. A Constituição Federal de 1988 assegura às universidades a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207), sendo essa previsão regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que define os limites e possibilidades do exercício dessa autonomia.

Considerando o marco legal vigente, assinale a opção que não corresponde a uma prerrogativa assegurada às universidades públicas no exercício de sua autonomia.

- a) Determinar a duração mínima do ano letivo, independentemente do que estabelece outras normativas.
- b) Estabelecer o número de vagas oferecidas em seus cursos, de acordo com sua capacidade institucional.
- c) Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

- d) Definir os currículos de seus cursos, respeitando as diretrizes curriculares nacionais.

- e) Aprovar e executar planos de investimento relacionados à sua infraestrutura e funcionamento.

52. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta a respeito das disposições constitucionais relacionadas à promoção da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

- a) A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, considerando-se seu valor estratégico para o bem público e para o progresso científico e tecnológico.

- b) O Estado deve apoiar a formação de recursos humanos voltados para a pesquisa e a inovação, inclusive por meio de atividades de extensão tecnológica, assegurando condições adequadas de trabalho aos profissionais da área.

- c) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

- d) É obrigatória a vinculação mínima de 3% da receita orçamentária dos Estados e do Distrito Federal a instituições públicas de fomento à ciência e à pesquisa, conforme diretriz constitucional.

- e) A Constituição permite e incentiva a atuação internacional de instituições públicas que desenvolvam atividades científicas, tecnológicas e de inovação.

53. Com relação à estruturação do atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) assinale a afirmativa correta:

- a) O formato decenal do plano foi escolhido para permitir maior flexibilidade entre os ciclos de avaliação dos programas, seguindo a ideia e periodicidade do Plano Nacional de Educação.
- b) O PNPG segue o formato de plano quadrienal, para se articular as mudanças do governo e consequentemente da atuação junto a CAPES.
- c) O formato quinquenal do PNPG busca alinhar o planejamento estratégico da pós-graduação ao processo quadrienal de avaliação promovido pela CAPES.
- d) O plano adota o formato bienal, permitindo rápida revisão diante das mudanças do sistema nacional de CT&I.
- e) Todos os planos anteriores ao VII PNPG seguiram o modelo decenal, com exceção do VI PNPG.

EIXO TEMÁTICO 3

EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE E ODS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO, CULTURA E IGUALDADE

André Rocha

54. Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à educação, cultura e igualdade, assinale a alternativa correta.

- a) Uma das metas do ODS 4 – Educação de Qualidade é assegurar, até 2030, o acesso gratuito para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade.
- b) A Agenda 2030 preconiza garantir que uma substancial proporção de jovens estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
- c) Quanto à proporção de professores com formação adequada em relação às disciplinas de atuação, a

situação mais próxima às metas da Agenda 2030 é do Ensino Fundamental 2.

- d) O analfabetismo caiu nos últimos anos no Brasil, mas continua elevado para um país com níveis de renda per capita de mesmo nível.
- e) A pandemia da covid-19 e a adoção do ensino remoto prejudicou o acesso à internet nas escolas em todo o Brasil, embora tenha contribuído para a alfabetização digital.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURA

Marco Túlio

55. A cultura está no rol de direitos humanos que devem ser assegurados pelo Estado e são objetos de lutas e reivindicações populares, uma vez que seus benefícios são essenciais para o desenvolvimento político, social e econômico de uma nação.

SOUZA, Roberta Kelly Silva. Direitos culturais como direito humano. Revista Brasileira de Direito Social - RBDS, Belo horizonte, v. 6, n. 1, p. 52-63, 2023. p. 52.

Tendo em conta as disposições da Constituição Federal de 1988, cabe ao Estado brasileiro garantir o pleno exercício dos direitos culturais a partir da

- a) proteção das manifestações nacionais, sem distinguir os diferentes segmentos étnicos.
- b) fixação de datas comemorativas de alta significação para o ideal de nacionalidade.
- c) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões.
- d) produção, promoção e difusão de bens culturais de grupos condutores do processo civilizatório nacional.
- e) tipificação e exemplos desses direitos apresentados pelo texto constitucional.

56. Quando falamos de direitos culturais em um sentido estrito, estamos nos referindo àqueles direitos humanos reconhecidos expressamente nos instrumentos internacionais de direitos humanos vinculados à cultura.

ALVAREZ, Daniel. Direitos culturais e diversidade cultural: o direito de acesso à cultura e os direitos autorais. In: Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 217.

Com relação à noção de direitos culturais, assinale a afirmativa correta.

- a) Os direitos culturais apresentam dimensão estritamente individual, como parte do direito à liberdade de expressão e de informação.
- b) Não é possível delimitar o conceito de direitos culturais propriamente, tendo em vista a existência de diversos direitos com algum tipo de dimensão cultural.
- c) Os direitos culturais envolvem o respeito às identidades culturais e a garantia do acesso aos patrimônios culturais que constituem expressões das diferentes culturas.
- d) A aplicação dos direitos culturais é condicionada à exibição dos vínculos de um conjunto de indivíduos com uma comunidade cultural
- e) Essenciais à dignidade humana, os direitos culturais coincidem com o que se denomina direitos de propriedade intelectual na legislação nacional ou nos acordos internacionais.

57. À luz da Lei nº 12.343, que institui o Plano Nacional de Cultura, compete ao Estado

- a) qualificar a gestão cultural, buscando a prevalência do investimento privado como garantia de maior eficiência.
- b) difundir, no país e em todo o mundo, os bens oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais que apresentem potencial econômico.
- c) restringir a influência de centros culturais internacionais no processo de integração nacional, promovido pelos agentes culturais brasileiros.
- d) estruturar e regular a economia da cultura, limitando as interações da cultura com o mercado e a mercantilização das produções culturais.

e) preservar o patrimônio material e imaterial, de modo a permitir o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.

58. Entre as características atribuídas ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC pela Lei nº 12.343, pode-se destacar:

- a) a obrigatoriedade da inserção inicial de dados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que vierem a aderir ao Plano.
- b) o caráter constitutivo.
- c) os processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados.
- d) a restrição do acesso às informações declaradas e sistematizadas em meios digitais.
- e) o monitoramento e avaliação das políticas culturais em meios digitais de uso exclusivo dos agentes estatais.

59. Considerando a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), assinale a alternativa correta.

- a) A inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial prescinde do consentimento do Estado em cujo território o bem se encontra, desde que este seja reconhecido por pelo menos dois terços dos membros do Comitê.
- b) O Comitê do Patrimônio Mundial é composto apenas por representantes dos Estados-membros da ONU com maior contribuição financeira para a UNESCO.
- c) A assistência internacional concedida pelo Comitê é voltada à restauração emergencial de bens culturais atingidos por desastres naturais.
- d) A noção de patrimônio cultural envolve obras humanas com valor excepcional do ponto de vista histórico ou estético, reconhecido internacionalmente.
- e) A proteção do patrimônio mundial exige a cooperação internacional, sem prejuízo da soberania dos Estados em cujo território os bens estão localizados.

60. Com base na Lei nº 13.018/2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, assinale a alternativa correta sobre os Pontos e Pontões de Cultura.

- a) Os Pontos de Cultura são equipamentos culturais estatais responsáveis por coordenar ações culturais em diferentes territórios, com atuação prioritária em áreas urbanas.
- b) Os Pontões de Cultura exercem função de articulação e apoio a redes de Pontos de Cultura, promovendo ações de formação, mobilização e intercâmbio cultural.
- c) Os Pontos de Cultura são iniciativas vinculadas a universidades e centros de pesquisa, dedicadas ao mapeamento e preservação de bens culturais materiais.
- d) Os Pontões de Cultura correspondem a programas voltados à profissionalização de artistas e técnicos culturais, com foco em certificação e titulação formal.
- e) Os Pontos de Cultura são espaços físicos reconhecidos como patrimônio histórico, selecionados por edital federal para fins de restauração e uso museológico.

61. De acordo com a Lei nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma ação apoiada por essa política.

- a) A realização de ações culturais associadas à promoção de produtos locais no exterior, desde que vinculadas a empreendimentos reconhecidos como de utilidade pública.
- b) A concessão de bolsas para residência artística, pesquisa, criação ou formação a pessoas vinculadas à cultura brasileira, no País ou no exterior.
- c) A aquisição de equipamentos tecnológicos para centros culturais voltados à reprodução e comercialização de obras autorais com impacto regional.
- d) A manutenção de acervos culturais pertencentes a coleções particulares, condicionada à

demonstração de sustentabilidade financeira da instituição responsável.

- e) A digitalização de conteúdos culturais voltada à preservação de bens de valor histórico, desde que previamente aprovados por órgão de patrimônio.

62. Com base na Lei Complementar nº 195/2022, que institui a Lei Paulo Gustavo, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma finalidade contemplada pela legislação.

- a) A implantação de centros de memória e arquivos públicos voltados exclusivamente à preservação de acervos museológicos reconhecidos por autoridades federais.
- b) A concessão de apoio financeiro à produção de obras audiovisuais, incluindo etapas de desenvolvimento, finalização e circulação, conforme critérios definidos em regulamentação própria.
- c) O financiamento de equipamentos culturais itinerantes, condicionado à comprovação de impacto turístico e geração de renda em comunidades de baixa renda.
- d) A execução de obras em prédios públicos para instalação de equipamentos culturais, desde que em articulação com projetos de infraestrutura urbana previamente aprovados.
- e) A aplicação de recursos exclusivamente em bens tombados situados em áreas prioritárias para o fomento cultural, segundo os planos estaduais e distritais de cultura.

63. Com base na Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), assinale a alternativa correta a respeito da execução descentralizada e da participação social.

- a) Os recursos da Lei Paulo Gustavo são centralizados pela União, sendo o repasse aos entes subnacionais condicionado à aprovação prévia do Ministério da Cultura.
- b) A gestão descentralizada ocorre mediante transferência automática de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, vedada a edição de normas complementares locais.
- c) A participação social é assegurada mediante consulta pública obrigatória antes da destinação dos recursos federais a projetos de grande porte audiovisual.
- d) A lei exige que Estados, Distrito Federal e Municípios publiquem regulamentos próprios e assegurem mecanismos de seleção pública, transparência e controle social.
- e) O controle social das ações financiadas pela LPG compete ao Tribunal de Contas da União, sendo vedada a atuação dos conselhos estaduais e municipais de cultura.

64. À luz da Lei nº 8.313/1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), assinale a alternativa que apresenta corretamente um de seus mecanismos de operacionalização.

- a) A dedução integral do Imposto de Renda por parte de empresas patrocinadoras pode ser aplicada a projetos culturais autorizados, observadas as limitações legais e regulamentares.
- b) O Fundo Nacional da Cultura pode financiar projetos de preservação do patrimônio histórico, entre outras ações culturais definidas em regulamentação específica.
- c) Os Fundos de Investimento Cultural e Artístico permitem a captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários vinculados a ações culturais, sob regulamentação específica.
- d) O mecenato cultural contempla aportes de pessoas

físicas em projetos culturais com dedução no Imposto de Renda, conforme critérios legais e regulamentares.

- e) O Incentivo Fiscal do Pronac prevê a captação de recursos por meio de patrocínio ou doação, devendo o proponente observar os requisitos e limites definidos pela legislação tributária.

65. Relacione os conceitos extraídos da Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais com suas respectivas definições.

1. Diversidade Cultural
2. Conteúdo cultural
3. Indústrias culturais
4. Interculturalidade

- Refere-se ao caráter simbólico, dimensão artística e valores que expressam identidades culturais.
- Refere-se às múltiplas formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão.
- Refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, com geração de expressões compartilhadas por meio do diálogo e do respeito mútuo.
- Designa os setores que produzem e distribuem bens e serviços culturais, como definidos pela qualidade, uso ou finalidade de transmitir expressões culturais.

A sequência correta é:

- a) 2, 1, 3 e 4
- b) 1, 2, 3 e 4
- c) 2, 1, 4 e 3
- d) 1, 2, 4 e 3
- e) 2, 1, 4 e 3

**DIREITOS AUTORAIS: LEI DE DIREITOS
AUTORAIS - LDA (LEI Nº 9.610/1998)***Cadu Carrilho*

66. A respeito dos Direitos Autorais, São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, exceto:

- a) os textos de obras literárias, artísticas ou científicas.
- b) as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza.
- c) as composições musicais, tenham ou não letra.
- d) as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais.
- e) os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência.

EIXO TEMÁTICO 4**PESQUISA***Daniel Almeida Bezerra*

67. Ao conduzir uma pesquisa fenomenológica com profissionais da saúde durante a pandemia, uma pesquisadora suspende seus pressupostos teóricos prévios para captar, de forma descritiva e compreensiva, as vivências emocionais dos participantes. Essa postura é fundamental para garantir a fidedignidade do método. Assinale a alternativa que expressa corretamente esse procedimento metodológico.

- a) Adoção da abordagem etic, que interpreta os fenômenos a partir das categorias analíticas externas ao campo.
- b) Aplicação do princípio da neutralidade científica, segundo o qual o pesquisador deve manter-se objetivamente afastado do campo.

c) Realização de entrevistas estruturadas, de modo a reduzir a variabilidade da resposta e permitir replicação estatística.

d) Suspensão de juízos pré-concebidos (epoché), que permite acessar a essência da experiência tal como vivida pelos sujeitos.

e) Construção de hipótese causal ex ante, como critério de validade interna da análise fenomenológica.

68. Sobre os fundamentos éticos da Resolução CNS 466/2012, considere um projeto que investiga sofrimento psíquico em mulheres encarceradas, exigindo entrevistas gravadas em ambientes de vulnerabilidade e restrição. Com base nessa norma, qual princípio deve ser prioritariamente observado pelo pesquisador para garantir a eticidade da investigação?

- a) A obrigatoriedade do uso de placebos para assegurar comparabilidade metodológica.
- b) A substituição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo consentimento implícito.
- c) O respeito à autonomia das participantes, mesmo em condição de vulnerabilidade, assegurando sua liberdade de decidir participar.
- d) A isenção de avaliação pelo Comitê de Ética, dada a natureza qualitativa e não-intervencionista da pesquisa.
- e) A exigência de análise de impacto econômico para fins de indenização antecipada.

69. Uma equipe deseja avaliar a efetividade de um programa de combate à evasão escolar em comunidades indígenas. A metodologia prevê visitas de campo, entrevistas e coleta de dados quantitativos e qualitativos. Qual das abordagens de avaliação de políticas públicas é a mais adequada a esse contexto?

- a) Avaliação formativa, pois acompanha a implementação em tempo real, fornecendo dados para ajustes contínuos.
- b) Avaliação diagnóstica, pois analisa o impacto social ao final da política pública.
- c) Avaliação ex-post, pois se refere à previsão dos impactos antes da implementação da política.
- d) Avaliação somativa, pois ignora as condições locais e foca nos indicadores quantitativos.
- e) Avaliação preditiva, pois se baseia apenas em modelos estatísticos aplicáveis à cultura local.

70. Em relação à estrutura lógica do projeto de pesquisa, considere o seguinte trecho: “Deseja-se investigar os efeitos do trabalho remoto na produtividade de equipes de saúde em municípios do semiárido nordestino.” Segundo os princípios de construção do problema de pesquisa, essa formulação caracteriza-se como um problema:

- a) Exploratório, pois visa mapear percepções subjetivas sobre o tema sem pressupostos prévios.
- b) Descritivo, pois objetiva apenas traçar o perfil das equipes de saúde entrevistadas.
- c) Explicativo, pois busca compreender relações de causa e efeito entre trabalho remoto e produtividade.
- d) Preditivo, pois tem como propósito estimar os efeitos futuros do trabalho remoto.
- e) Avaliativo, pois se propõe a medir o custo-benefício do modelo adotado.

71. Um pesquisador elabora um estudo qualitativo sobre os efeitos da urbanização acelerada na saúde mental de adolescentes em regiões periféricas. Utiliza dados estatísticos de saúde pública e conduz grupos focais com os jovens. Sobre a abordagem metodológica, assinale a afirmativa correta.

- a) A metodologia mista é inadequada em contextos de alta vulnerabilidade, pois exige neutralidade do pesquisador.
- b) A integração de métodos qualitativos e quantitativos permite triangulação de dados e compreensão ampliada do fenômeno.
- c) A combinação de métodos requer exclusão dos dados qualitativos para garantir validade estatística.
- d) A abordagem quantitativa deve ser preferida por apresentar maior objetividade, mesmo em estudos sociais.
- e) A aplicação simultânea dos métodos anula o risco de viés interpretativo na análise final.

72. Durante a etapa de estruturação metodológica de um estudo interdisciplinar sobre os efeitos da transição demográfica em áreas urbanas periféricas, o pesquisador decide integrar análises estatísticas provenientes de bancos públicos de dados e interpretações oriundas de narrativas de vida coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Essa estratégia visa apreender a complexidade do fenômeno sob distintas lentes epistemológicas e metodológicas. A abordagem descrita corresponde, conceitualmente, a:

- a) Revisão sistemática.
- b) Estudo de caso com replicação teórica.
- c) Meta-análise exploratória.
- d) Pesquisa mista ou multi-método (quali-quantitativa).
- e) Pesquisa descritiva com recorte temporal transversal.

73. No âmbito das metodologias qualitativas de base construtivista, uma pesquisadora pretende desenvolver uma teoria fundamentada na realidade empírica de mulheres em situação de deslocamento forçado. Ao invés de iniciar com hipóteses apriorísticas, ela adota um processo de codificação aberta, axial e seletiva, permitindo que categorias emergentes dos relatos constituam o núcleo da teorização. Tal delineamento metodológico está associado a:

- a) Etnografia crítica.
- b) Análise de conteúdo.
- c) Grounded Theory.
- d) Estudo de caso holístico.
- e) Netnografia analítica.

74. Considerando os princípios normativos que regem a ética em pesquisas com seres humanos, especialmente quando se trata de menores de idade em situação escolar, é exigido do pesquisador não apenas o consentimento dos responsáveis legais, mas também a expressão de aceitação livre e consciente por parte dos próprios sujeitos. Esse documento, que assegura a autonomia relativa dos participantes, denomina-se:

- a) Termo de Responsabilidade Ética e Social.
- b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- c) Parecer Consubstanciado de Comitê de Ética.
- d) Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).
- e) Declaração de Acordo Ético por Proxy.

75. Em um projeto longitudinal conduzido ao longo de cinco anos, uma equipe monitora a evolução do bem-estar psicológico de professores da rede pública em função da adoção de novas tecnologias educacionais. A mesma amostra é avaliada periodicamente por meio de escalas psicométricas e entrevistas. Esse tipo de delineamento caracteriza:

- a) Pesquisa transversal com recorte seccional.
- b) Pesquisa de levantamento com aplicação em painel amostral.
- c) Pesquisa longitudinal.
- d) Pesquisa documental associada à análise estatística.
- e) Estudo de coorte aleatorizado.

76. No processo de elaboração de um projeto científico, a etapa que consiste na delimitação do objeto de investigação, formulação do problema, definição dos objetivos e elaboração de hipóteses é essencial para a coerência lógica e viabilidade do estudo. Essa fase, reconhecida como uma das mais críticas da trajetória investigativa, corresponde à:

- a) Preparação da pesquisa ou fase de planejamento.
- b) Análise estatística dos dados obtidos.
- c) Construção teórico-metodológica pós-coleta.
- d) Sistematização dos resultados empíricos.
- e) Elaboração do relatório técnico-final.

77. Uma equipe de pesquisadores está empenhada em construir um referencial teórico robusto para embasar um estudo sobre práticas sustentáveis em arranjos produtivos locais. Diante do elevado volume de publicações com diferentes metodologias, opta-se por um tipo de revisão que aceite a inclusão tanto de estudos qualitativos quanto quantitativos, permitindo uma análise crítica e síntese interpretativa do estado da arte. Com base nesse cenário, qual modalidade de revisão da literatura é mais adequada?

- a) Meta-análise, por sintetizar exclusivamente dados estatísticos de alta confiabilidade.
- b) Revisão sistemática, por aplicar critérios rígidos de elegibilidade e viés.
- c) Revisão integrativa, por permitir articulação crítica entre diferentes métodos e fontes.
- d) Revisão narrativa, por privilegiar o ponto de vista do autor na seleção dos estudos.
- e) Scoping review, por oferecer análise temática de estudos clínicos controlados.

78. Em um curso de iniciação científica, estudantes são instruídos a compreender a lógica progressiva da investigação acadêmica. Após a escolha do tema e revisão da literatura, são orientados a formular o problema de pesquisa, delimitar objetivos, propor hipóteses (quando aplicável) e planejar as técnicas de coleta e análise de dados. Essa etapa, que antecede o trabalho empírico e confere coerência e viabilidade ao estudo, é denominada:

- a) Etapa de sistematização dos achados.
- b) Fase exploratória de campo.
- c) Etapa de encerramento e divulgação científica.
- d) Fase de análise inferencial.
- e) Planejamento da pesquisa (fase preparatória).

EIXO TEMÁTICO 5

AVALIAÇÃO

Daniel Almeida Bezerra

79. Em uma disciplina avançada de Metodologia Científica, um grupo de mestrandos discute as diferentes naturezas do conhecimento. Durante o debate, um dos discentes afirma que a ciência se distingue por sua capacidade de sistematizar o saber mediante critérios de validade empírica e lógica, superando os limites da experiência cotidiana e dos saberes intuitivos. Outro contrapõe que nem todo conhecimento sistematizado é científico e que a epistemologia exige critérios próprios para delimitação do campo científico. Com base nessas discussões, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos fundamentos distintivos do conhecimento científico.

- a) O conhecimento científico baseia-se na tradição cultural e na repetição histórica dos saberes populares.
- b) O conhecimento científico distingue-se por sua racionalidade e controle sistemático, ainda que dialogando com o senso comum em certas fases da investigação.

- c) O conhecimento científico é válido apenas quando elaborado por instituições formais de pesquisa e reconhecido por órgãos oficiais.
- d) O conhecimento científico é construído a partir da experiência imediata, sendo aceito sem necessidade de verificação empírica.
- e) O conhecimento científico se confunde com o senso comum, pois ambos visam compreender a realidade com base em crenças e percepções individuais.

80. Em um seminário sobre os tipos de pesquisa científica, uma pesquisadora apresentou um estudo que envolvia o levantamento de percepções de professores sobre o uso de tecnologias digitais em sala de aula. O estudo consistia na aplicação de um questionário com escalas de avaliação, tabulação dos dados e análise estatística descritiva. Posteriormente, outro participante sugeriu realizar entrevistas semiestruturadas para aprofundar os sentidos atribuídos às respostas. A partir desse cenário, qual abordagem metodológica melhor representa essa proposta?

- a) Pesquisa qualitativa, uma vez que o uso de escalas padronizadas inviabiliza a análise subjetiva.
- b) Pesquisa quantitativa, já que a utilização de entrevistas semiestruturadas não altera o tipo de pesquisa.
- c) Pesquisa experimental, pois ambas as fases estão orientadas à manipulação de variáveis.
- d) Pesquisa ex post facto, na medida em que se trata de uma investigação posterior à ocorrência dos fatos.
- e) Pesquisa de abordagem mista (quali-quantitativa), pois articula procedimentos estatísticos com técnicas de interpretação compreensiva.

81. Em um projeto de iniciação científica voltado ao estudo das desigualdades educacionais em comunidades ribeirinhas, um estudante decide investigar os determinantes sociais que dificultam o acesso e a permanência de jovens no ensino médio. Para isso, utiliza dados censitários, realiza visitas in loco e entrevista membros da comunidade escolar. Com base nos objetivos e nas técnicas empregadas, qual é a classificação da pesquisa quanto aos fins?

- a) Pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o fenômeno, especialmente em contextos pouco estudados.
- b) Pesquisa explicativa, já que procura isolar variáveis intervenientes e testar hipóteses experimentais.
- c) Pesquisa descritiva, pois o uso de dados secundários impossibilita a produção de novos conhecimentos.
- d) Pesquisa avaliativa, uma vez que pretende medir o impacto de políticas públicas já implementadas.
- e) Pesquisa experimental, pois envolve observação direta e coleta de dados em campo.

82. Durante uma aula sobre os tipos de conhecimento, o professor propõe um exercício comparativo entre religião, filosofia, senso comum e ciência. Um dos alunos afirma que a ciência é superior por sua capacidade de produzir verdades definitivas e indiscutíveis, ao contrário das demais formas de saber. Diante dessa afirmação, outro aluno argumenta que a ciência não busca verdades absolutas, mas sim explicações provisórias baseadas em evidências e passíveis de refutação. Considerando essa discussão, qual alternativa melhor expressa o papel epistemológico da ciência?

- a) A ciência diferencia-se das demais formas de conhecimento por não admitir revisão de seus resultados, o que lhe confere autoridade universal.
- b) A ciência deve ser entendida como um conjunto de crenças dogmáticas legitimadas pelo consenso acadêmico.

- c) A ciência propõe interpretações subjetivas da realidade, baseando-se exclusivamente na experiência empírica dos indivíduos.
- d) A ciência distingue-se por seu compromisso com a verificabilidade, a refutabilidade e a constante revisão de seus modelos explicativos.
- e) A ciência substitui o senso comum como única fonte legítima de conhecimento verdadeiro na contemporaneidade.

83. Em um seminário sobre o papel da pesquisa científica na transformação social, uma pesquisadora argumenta que o conhecimento científico deve estar ancorado em métodos sistemáticos, logicamente organizados e voltados à solução de problemas relevantes. Contrapondo-se ao senso comum, ela afirma que a ciência não apenas descreve fenômenos, mas também os explica e os projeta em contextos futuros. Nesse sentido, qual das alternativas abaixo expressa corretamente uma característica central da pesquisa científica?

- a) A pesquisa científica limita-se à observação passiva dos fenômenos naturais e sociais, sem emitir juízos valorativos.
- b) A pesquisa científica é regida pelo empirismo dogmático, que não admite inferências lógicas.
- c) A pesquisa científica pauta-se pela subjetividade do pesquisador, sendo incompatível com o rigor metodológico.
- d) A pesquisa científica visa apenas a repetição mecânica de métodos padronizados, sem preocupação com inovação.
- e) A pesquisa científica articula objetividade, sistematicidade e criticidade na construção do conhecimento.

84. Um estudante de graduação, ao iniciar sua monografia, manifesta dúvidas sobre qual abordagem teórico-metodológica utilizar. Seu orientador explica que, no campo das ciências sociais aplicadas, há diferentes formas de compreender e abordar a realidade, algumas voltadas à quantificação e outras à interpretação. Ao final da conversa, o aluno opta por realizar um levantamento estatístico com análise de regressão. Com base nesse cenário, qual é a abordagem metodológica adotada?

- a) Qualitativa, pois permite captar sentidos subjetivos por meio de questionários estruturados.
- b) Quantitativa, uma vez que envolve dados mensuráveis e tratamento estatístico.
- c) Fenomenológica, por contemplar o significado das experiências vividas.
- d) Mista, pois incorpora elementos objetivos e subjetivos na análise de dados.
- e) Experimental, por manipular variáveis independentes em ambiente controlado.

85. Ao revisar literatura sobre as finalidades da ciência, uma pesquisadora identifica que o conhecimento científico pode ser classificado conforme sua utilidade prática ou seu valor teórico. Em alguns casos, o objetivo principal é aprofundar conceitos e ampliar a compreensão de fenômenos; em outros, é resolver problemas concretos. Considerando essas distinções, como se caracteriza a pesquisa que visa gerar conhecimento novo, mas sem aplicação imediata?

- a) Pesquisa aplicada.
- b) Pesquisa exploratória.
- c) Pesquisa teórica (ou pura).
- d) Pesquisa empírica.
- e) Pesquisa tecnológica.

86. Um projeto de pesquisa interdisciplinar objetiva compreender os impactos das mudanças climáticas sobre comunidades tradicionais da Amazônia. O estudo articula conhecimentos de climatologia, sociologia, antropologia e direito ambiental. Diante disso, qual das características abaixo representa adequadamente esse tipo de investigação científica?

- a) Subjetiva, pois baseia-se em percepções pessoais dos pesquisadores.
- b) Monodisciplinar, por reunir saberes homogêneos.
- c) Técnica, voltada exclusivamente à manipulação de variáveis ambientais.
- d) Interdisciplinar, ao integrar conhecimentos diversos para compreensão ampla do fenômeno.
- e) Dedutiva, por aplicar leis universais a casos particulares da região amazônica.

87. Durante um treinamento sobre elaboração de projetos de pesquisa, um professor orienta os alunos sobre a necessidade de delimitar o tema, justificar a relevância do estudo e formular claramente os objetivos. Além disso, destaca que o pesquisador deve explicitar os métodos a serem utilizados e os procedimentos para a coleta de dados. Essa sequência de atividades representa qual etapa do processo científico?

- a) Comunicação dos resultados.
- b) Coleta e análise de dados.
- c) Formulação do problema e planejamento da pesquisa.
- d) Revisão da literatura e fundamentação teórica.
- e) Aplicação dos instrumentos e interpretação dos achados.

88. Ao refletir sobre o papel social da ciência, uma docente defende que o conhecimento científico não deve estar alienado das necessidades coletivas. Para ela, a produção de conhecimento deve articular rigor acadêmico com compromisso social, contribuindo para a emancipação dos sujeitos e para a superação de desigualdades. Essa concepção se aproxima de qual função atribuída à ciência na sociedade contemporânea?

- a) Controle tecnocrático dos comportamentos sociais.
- b) Reprodução de estruturas de poder estabelecidas.
- c) Neutralidade axiológica diante das demandas sociais.
- d) Emancipação crítica e transformação da realidade.
- e) Produção de tecnologias voltadas apenas ao mercado.

89. Em uma disciplina de metodologia científica, foi proposta a análise dos distintos tipos de pesquisa quanto aos meios. Um dos exemplos debatidos envolvia a análise da legislação trabalhista sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana. Os estudantes identificaram que, nesse tipo de investigação, o pesquisador não coleta dados empíricos diretamente da realidade, mas trabalha com fontes documentais e marcos teóricos. Trata-se de qual tipo de pesquisa?

- a) Pesquisa experimental.
- b) Pesquisa de campo.
- c) Pesquisa bibliográfica.
- d) Pesquisa documental.
- e) Pesquisa ex post facto.

90. Um pesquisador elabora um projeto de investigação sobre a percepção de professores da rede pública a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para isso, opta por realizar grupos focais e entrevistas semiestruturadas. Sua intenção é compreender os sentidos atribuídos ao documento e os impactos subjetivos no cotidiano escolar. Com base nessa abordagem, qual tipo de pesquisa é mais apropriado?

- a) Pesquisa quantitativa.
- b) Pesquisa explicativa.
- c) Pesquisa ex ante.
- d) Pesquisa tecnológica.
- e) Pesquisa qualitativa.

Discursiva 1

A Constituição Federal de 1988 consagrou a publicidade como um dos princípios fundamentais da administração pública, reforçando o direito de acesso à informação como um instrumento de controle social e fortalecimento da democracia. Em consonância com esse princípio, foi sancionada a **Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)**, que ampliou a transparência ativa e passiva na gestão pública.

Por outro lado, o avanço tecnológico e o volume crescente de dados pessoais em poder do Estado impuseram novos desafios, exigindo a criação da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)**, com o objetivo de assegurar a privacidade, a autodeterminação informativa e a proteção contra abusos. O desafio atual é harmonizar essas duas legislações de forma a promover a transparência sem comprometer os direitos fundamentais à intimidade e à proteção dos dados pessoais dos cidadãos.

Com base no texto motivador e nos seus conhecimentos sobre a legislação e os princípios constitucionais que regem a administração pública, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes pontos:

1. A importância do acesso à informação para a transparência e o controle social;
2. Os riscos e implicações da exposição de dados pessoais no setor público;
3. Caminhos para conciliar transparência e proteção de dados na administração pública.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A expansão da educação a distância (EaD) no Brasil foi acelerada por fatores como os avanços tecnológicos e, mais recentemente, pela pandemia de COVID-19. No setor público, a EaD passou a ser vista como alternativa para ampliar o acesso à educação em regiões remotas, reduzir custos operacionais e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, esse modelo também revelou desigualdades estruturais no acesso à internet, à tecnologia e à capacitação de docentes e discentes. O Decreto nº 12.456/2025, que regulamenta a nova política nacional de EaD, propõe ampliar a oferta, promover a qualidade e garantir a equidade.

A construção de uma política educacional inclusiva no ambiente digital exige, portanto, reflexão sobre seus limites, potencialidades e os meios para evitar a reprodução de exclusões no espaço virtual.

Comando da questão

Com base no texto motivador e em seus conhecimentos sobre políticas públicas de educação, redija um texto dissertativo, abordando criticamente os seguintes aspectos:

1. As potencialidades da educação a distância para a ampliação do acesso à educação pública;
2. Os principais limites e desafios da EaD no setor público brasileiro;
3. Caminhos para garantir a inclusão digital e a equidade nas políticas de educação a distância.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
